

INTRODUÇÃO

A partir de 2018, vivenciamos no Brasil uma conjuntura hostil para as comunidades quilombolas com a configuração de estruturas de governo opositoras ao desenvolvimento de políticas públicas de reconhecimento e de regularização territorial, aumento da violência contra os povos tradicionais e de avanço da legislação para exploração dos territórios pelo mercado. Diante do atual cenário de retrocessos de direitos, desmonte das tecnologias de governo voltadas para estes grupos e de ataque às universidades e ao exercício profissional dos antropólogos, acreditamos ser de extrema relevância a produção de reflexões críticas sobre tais processos e situações. Ao longo da sua existência, o Comitê Quilombos tem buscado fomentar a produção acadêmica sobre o tema com a organização de diversas publicações que se tornaram referências importantes para os pesquisadores interessados no assunto.

Desde o surgimento, em 1994, do Grupo de Trabalho Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), como era chamado inicialmente, os antropólogos que realizam pesquisa neste tema têm se inspirado em diversos referenciais teóricos, entre os quais destacamos a definição de grupo étnico como organização política (WEBER, 1920), as teorias dos conflitos aplicadas na análise de situações sociais (GLUCKIMANN, 1987), os dramas sociais (TURNER, 2008 [1974]) e o estudo de grupos étnicos enquanto tipos organizacionais (BARTH, 1969). A influência da teoria deste último autor fica

bem expressa no documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, de 1994, publicado no Boletim Informativo NUER em 1997, assim como na publicação da coletânea da ABA organizada por O'Dwyer (1995). Neste documento e coletânea fica evidente também o reconhecimento das obras de intelectuais negros e outros/as estudiosos/as de quilombos e comunidades negras no Brasil, dentre eles/as: Carneiro (1947), Moura (1981; 1987), Nascimento (1980), Baiocchi (1983) e Bandeira (1988).

A partir de então, podemos destacar ainda duas outras coletâneas organizadas e publicadas no âmbito do Comitê Quilombos da ABA. Elas foram precedidas por trabalhos de pesquisas etnográficas, atuações de antropólogos em investigações para elaboração de laudos e relatórios de identificação de quilombos de diferentes regiões do Brasil e de comunicações apresentadas em eventos da ABA, como pode ser verificado em O'Dwyer (2002) e Oliveira (2016).

Em todos esses trabalhos os temas dos processos de identificação, dos conflitos de terra e dos direitos aos territórios estiveram sempre presentes, pois as histórias das comunidades quilombolas no Brasil, desde os processos de escravização dos africanos e seus descendentes nos períodos colonial e imperial, são histórias marcadas por relações conflituosas pelas formas de resistência à escravidão e pela vida em liberdade nos quilombos. Deste modo, os dramas sociais enquanto processos conflitivos vêm acompanhando a vida das comunidades quilombolas desde suas primeiras formas de organização e se expressa no presente na forma de abandono e esquecimento pelos agentes do Estado que não viabilizam e nem implementam políticas públicas de regularização dos territórios, de educação e de saúde.

No segundo semestre de 2019 o Comitê Quilombos propôs a organização de um livro que retomasse a discussão acerca dos conceitos basilares do campo de estudos antropológicos sobre comunidades quilombolas, tendo em vista a experiência acumulada dos pesquisadores nas últimas décadas. No início de 2020 este projeto, assim como toda a humanidade, foi impactado pela Pandemia do Covid-19. Embora nossas capacidades de reflexão e produção acadêmica tenham sido, inicialmente, abaladas pelos dramas vividos por nós e por

nossos interlocutores, retomamos nossos compromissos com a pesquisa a fim de cumprir com as responsabilidades sociais das universidades públicas na produção do conhecimento. Nesse contexto dramático, muitos de nós trabalhamos integralmente a partir de nossos lares em meio as dinâmicas domésticas e familiares tensionadas pela nova realidade sanitária mundial. Vários foram contaminados, adoeceram, tiveram que ser intubados e alguns não sobreviveram, ou ainda perderam familiares e amigos que integraram a assustadora contabilidade de mais de 680 mil mortes pelo coronavírus somente no Brasil, até 10 de agosto de 2022.

Para as comunidades quilombolas a pandemia foi experienciada de modo ainda mais sofrido devido ao descaso, abandono e necropolítica do governo federal negacionista e inimigo declarado da regularização dos seus territórios. Sem uma contabilização oficial dos doentes e mortos, sem um plano de ação governamental específico, ausentes das primeiras versões do plano nacional de vacinação entre os grupos prioritários, ameaçados de despejo por causa de empreendimentos e construção ou duplicação de estradas, quilombolas de todo o país se organizaram para contar, denunciar e exigir seus direitos nas instâncias locais, regionais, nacionais e internacionais.

Diante deste novo contexto, o Comitê Quilombos reconfigurou a proposta temática do livro, preservando as contribuições já enviadas e incluindo os retrocessos nas políticas públicas voltadas para este segmento e os efeitos da Covid-19 nas suas vidas. Assim, passamos a trabalhar com um cronograma de longo prazo, mais adequado para nossos potenciais autores tão sobrecarregados pela nova realidade pandêmica.

No capítulo “Quilombos, quilombolas: dizeres acadêmicos, jurídicos e políticos na dança das categorias”, de Neusa M. M. Gusmão, a autora busca mostrar como as comunidades hoje identificadas e auto-identificadas enquanto quilombolas foram percebidas pelas pesquisas antropológicas desde os anos de 1970 até os dias atuais enquanto caiçaras, camponesas, bairros e comunidades negras. Gusmão lança mão inclusive de um olhar retrospectivo e crítico sobre suas próprias pesquisas de mestrado e doutorado. Ela relaciona essas mudanças na percepção e classificação acadêmica desses grupos durante esse período as transformações ocorridas nos âmbitos sociais, políticos e jurídi-

cos envolvendo essas coletividades negras na sua relação com o entorno, com os pesquisadores, com os movimentos sociais e com o Estado brasileiro.

No texto “Apontamentos sobre memória, tempo e pessoa”, de Emília Pietrafesa de Godoi, a autora revisita a discussão sobre memória que desenvolveu ao longo do tempo em que realizou pesquisa com diversas comunidades quilombolas. Como Godoi demonstra, tal memória não segue um tempo linear, mas uma historicidade específica, e sua existência está ancorada em lugares, isto é, está espacializada, em íntima conexão com o território destes grupos. Estas memórias até então submersas pelas autorizadas, encontram condições de emergir na luta dessas comunidades por seus territórios através do seu reconhecimento estatal enquanto quilombolas. Todavia, diante de outras concepções que veem as terras dessas coletividades enquanto mercadorias agenciadas por fazendeiros e outros agentes, tais memórias, assim como o próprio entendimento nativo da terra enquanto território se encontra sob ameaça.

No capítulo “Quilombos: entre a memória da resistência e a consciência museológica”, de Alfredo Wagner Berno de Almeida, o autor foca em iniciativas autônomas de saberes de comunidades quilombolas dos estados do Pará, Maranhão e Amazonas, que resultaram na criação de pequenos museus. De acordo com Almeida, a produção de mapas no contexto do projeto Nova Cartografia Social impulsionou nesses grupos a criação desses centros de ciências e saberes. Configurando-se numa ação de resistência e de defesa de seus territórios e bens culturais ameaçados pela implantação de megaempreendimentos, obras de infraestrutura e segurança.

No texto “Quilombolas e indígenas nos processos de territorialização no Alto Rio Acará”, Rosa Acevedo Marin, Elielson Pereira da Silva e Maria da Paz Saavedra apresentam uma análise etnográfica, a partir de pesquisas realizadas em tempos diferenciados (entre 3 a 15 anos), sobre as situações de conflitos desencadeados pela plantation da palma de óleo na região do Nordeste do estado do Pará. Na análise, as situações de conflitos provocadas pela economia de dendê são interpretadas como parte de uma necroeconomia (Montag, 2005) e de uma necropolítica (Mbembe, 2016), que revelam a lógica capitalista da exposição à morte daqueles considerados como excedente e indesejáveis nestes

processos. No berço histórico da Cabanagem, no município de Acará, quilombolas e indígenas experimentam na atualidade interdições, retaliações, ameaças, proibição de acesso às terras de uso comum e práticas de terror empresarial forjadas em meio as estratégias empresariais de “conservação ambiental” associadas à “inserção triunfalista do Brasil no mercado internacional de agrocombustíveis”. Em decorrência deste processo, a desterritorialização e o surgimento de “refugiados do desenvolvimento” (ALMEIDA, 1996) e “refugiados da conservação” (DOWIE, 2009).

O capítulo de Eleandra Raquel da Silva Koch, intitulado “A trajetória da quilombola Catarina Flores de Moraes em busca de seus direitos territoriais e existenciais”, descreve a trajetória de vida da liderança Catarina em busca pelo reconhecimento do direito ao acesso às terras herdadas em testamento no ano de 1915 e o papel fundamental que exerceu nos procedimentos administrativos para identificação e regularização das terras herdadas pelo INCRA. O artigo demonstra que embora as terras herdadas fossem lavradas em cartório no município de Caçapava do Sul (RS), tal documento foi objeto de esbulho e outras violações, obliterando territorialidades quilombolas nos registros oficiais. Ainda que nas condições mais adversas, Catarina permanece mobilizada para reiterar a existência de sua comunidade quilombola e da legitimidade dos direitos territoriais pleiteados. A autora demonstra que, mesmo quando gravados nos “registros oficiais”, o direito ao acesso à terra pelas comunidades quilombolas, revelam o quanto o racismo estrutural segue sendo uma absurda “normalidade” do funcionamento das instituições do Brasil contemporâneo.

No texto “Os quilombos, a pandemia Covid-19 e os atos institucionais restritivos de direitos”, de Cynthia Carvalho Martins e Raquel Mombelli, as autoras fazem um apanhado das ações institucionais voltadas para as comunidades quilombolas durante a pandemia. Ações estas marcadas pelas restrições de direitos, descaso e necropolítica. Elas destacam também a atuação do Comitê Quilombos da ABA diante desse cenário extremamente desfavorável e como ela contribui para visibilizar situações, denúncias e reivindicações destes grupos.

O capítulo de Davi Pereira Junior, “Os organismos internacionais de proteção de Direitos Humanos e os direitos territoriais quilombolas: as experiências dos quilombolas de Alcântara”, apresenta os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas de Alcântara, que durante a mobilização comunitária pela sobrevivência e proteção sanitária dos territórios em decorrência da pandemia da Covid-19 foram surpreendidas pela publicação da Resolução nº11 pelo Gabinete e Segurança Institucional (GSI), que visava viabilizar o Acordo de Salvaguarda Tecnológica (AST), assinado entre o Brasil e os Estados Unidos, no ano de 2019. O Acordo previa o avanço de mais 12 mil hectares provocando o deslocamento compulsório de mais de 800 famílias dos territórios quilombolas, descumprindo o direito a consulta conforme assegura a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Diante de mais um processo histórico de violação de direitos contra as comunidades quilombolas de Alcântara pelo estado brasileiro, o autor descreve os processos políticos de apropriação de dispositivos infraconstitucionais internacionais de direitos humanos tais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão ligado à Organização dos Estados Americanos e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão das Nações Unidas e procura responder sobre as razões pelas quais as comunidades de Alcântara insistem em manter os organismos internacionais de direitos humanos como a CIDH e a OIT como arena de ação política e, por que, apostam nessas esferas de resolução de conflitos como instrumento estratégico de pressão ao estado brasileiro para à resolução de conflitos a efetivação dos direitos territoriais.

No texto “A humanidade ficou dividida”: a Covid-19 e a insegurança alimentar *quilombola* no Recôncavo Baiano, de Joselita Gonçalves dos Santos e Rafael Palermo Buti, temos um vislumbre da experiência de uma comunidade quilombola baiana de pescadores e marisqueiras durante a pandemia, suas dificuldades, medos e formas de enfrentamento e resistência diante do decréscimo da sua renda, da eminência da fome e do descaso do poder público. A aproximação com esta realidade se dá sob uma dupla perspectiva descritiva e analítica: a interna, proporcionada pela primeira autora que faz parte da coletividade; e a externa, viabilizada pelo segundo autor que desenvolve projetos com esta e outras comunidades quilombolas da região.

O capítulo “Autodefinição, memória e pandemia em quilombos: um estudo a partir do estado do Espírito Santo”, de Osvaldo Martins de Oliveira, analisa os dados obtidos através de pesquisa sobre a intensificação de situações de conflitos em tempos da pandemia da Covid-19 em comunidades quilombolas no estado do Espírito Santo, no decorrer dos anos 2020-2021. A partir de entrevistas/diálogos com lideranças e professores/as quilombolas sobre as suas trajetórias como integrantes de suas comunidades, visou responder sobre “quais os efeitos da pandemia da Covid-19 e do isolamento social nos quilombos no estado do Espírito Santo?” Para além da análise de questões como “saúde, rendimento e trabalho” neste contexto, o artigo procura apresentar uma análise etnográfica dos dados articulada com os conceitos de pessoas-personagens e lugares de memória de Pollak (1992; 1989), para pensar os corpos, as pessoas e as ancestralidades, transmissores de memórias, experiências e saberes tradicionais, à proteção dos territórios quilombolas ameaçados no contexto pandêmico.

No texto “Educação quilombola, desigualdade racial e tecnológica no contexto da Pandemia da Covid-19”, Suely D. Castilho, Francisca E. B. A. Carvalho e Samara P. Souza constataram que os efeitos da pandemia da Covid-19 para a educação escolar nas comunidades quilombolas do estado de Mato Grosso não são apenas de ordem material/econômica, mas também para a aprendizagem, visto que as condições materiais de sobrevivência afetam o acesso às tecnologias e à internet de boa qualidade que permitem o acesso à educação escolar remota tanto para os professores quanto para os alunos. Mesmo assim, a partir de esforços e comprometimentos coletivos, educadores/as narram experiências exitosas no desafio de educar em tempos de pandemia. Constataram a ausência de formação e capacitação dos docentes para a utilização de ferramentas tecnológicas necessárias ao desenvolvimento das atividades remotas. Apesar dos muitos desafios enfrentados pelos educadores para atender aos estudantes, eles/as estão comprometidos na defesa de uma educação antirracista e que se contraponha às desigualdades sociais e tecnológicas.

Em relação ao tema da educação escolar nesses tempos de pandemia, cabe estabelecer uma relação do capítulo acima com os dados analisados no capítulo escrito por Osvaldo Oliveira. Este autor constatou que a suspensão das aulas presenciais nas escolas que atendem crianças e jovens dessas

comunidades trouxe dois tipos de efeitos para as famílias: 1º) inviabilização da interação no processo de trocas de saberes nos espaços das escolas; 2º) incidiu na forma como as famílias têm organizado sua sustentabilidade, pois as crianças e jovens deixaram de tomar parte das refeições nas escolas e ao permanecerem em casa durante todo o dia, as famílias tiveram que se reorganizar financeiramente em função dos cuidados e do preparo dos alimentos.

Relacionado ao tema da educação, no sentido de valorização de uma literatura específica para o ensino da história e cultura afro-brasileira, em especial dos quilombos, está o capítulo “A representação quilombola em literatura infantojuvenil na Bahia: Bucala e Histórias da Cazumbinha para inspirar” de Ana F. C. Santos e Maria A. O. Jesus. Trata-se de uma importante análise sobre como a cultura literária pode se tornar um instrumento de construção da consciência e identidade quilombola. As autoras analisam duas obras que narram histórias de personagens que representam as comunidades quilombolas do estado da Bahia, a saber: 1ª) “Bucala: a pequena princesa do quilombo do Cabula”, de autoria de Davi Nunes e ilustrações de Daniel Santana, que expõem de forma animada e aventureira o olhar da menina quilombola que apresenta o Quilombo para o/a leitor/a, referenciando a oralidade dos mais velhos enquanto elemento basilar para conhecer a história do lugar; 2ª) “Histórias da Cazumbinha”, obra escrita por Meire Cazumbá e Marie Ange Bordas, que narra a vivência de uma menina chamada Cazumbinha, em que os desenhos que ilustram essa obra foram criados pelas crianças do Quilombo Rio das Rãs, na Bahia. Posto isso, cabe ressaltar que as autoras analisam essas obras literárias como elementos de valorização da identidade, da ancestralidade e dos saberes tradicionais dos territórios quilombolas a serem trabalhados durante a prática pedagógica na Educação Escolar Quilombola. Além disso, veem essas obras como meio de valorização das linguagens do quilombo e do protagonismo narrativo das crianças negras e quilombolas.

Alguns dos textos que compõem a presente coletânea, sobretudo os escritos por Osvaldo M. Oliveira e por Joselita dos Santos e Rafael Buti, refletem sobre as aflições decorrentes dos efeitos da pandemia da Covid-19 que atingiram as vidas das famílias integrantes de comunidades quilombolas no decorrer dos anos 2020 e 2021. Aparentemente, os primeiros efeitos da doença

na vida das comunidades seriam os da infecção de seus integrantes pelo vírus da Covid-19, mas os dados coletados pelas pesquisas que resultaram nos textos acima citados dão conta que os danos sobre tais comunidades ocorreram no campo social, econômica e cultural. A Covid-19 afetou a segurança alimentar, a vida e a organização social das famílias, os processos de aprendizagem na educação e a transmissão das culturas tradicionais. Devido ao distanciamento social e aos óbitos de muitos mestres, diversos ritos celebrativos ficaram interrompidos e as transmissões dos saberes e das lideranças também foram afetadas.

Como se constata nos estudos publicados neste livro, os diferentes tipos de distanciamento social impostos inicialmente pelas medidas de contenção do vírus afetaram os meios de subsistência das comunidades. Verificou-se que muitas mulheres quilombolas trabalhadoras em ambientes domésticos em cidades e vilas foram dispensadas do emprego devido ao medo das famílias empregadoras de serem infectados. Em diversas comunidades quilombolas brasileiras, seus integrantes foram drasticamente afetados pela inviabilização da comercialização dos produtos da agricultura familiar e das atividades pesqueiras, marisqueiras e criatórias em ambientes urbanos, entre os quais nas feiras livres e lugares públicos em vilas e cidades. Inicialmente tais feiras foram suspensas e os potenciais clientes temiam comprar os produtos receando ser infectados pela Covid-19, ocasionando com isso situações de perda nos rendimentos, insegurança alimentar e fome entre as famílias. As perdas de ordem econômica também ocorreram com aquelas comunidades que organizaram parte de suas atividades a partir da relação com o turismo, visto que os visitantes que adquiriam os seus produtos desapareceram.

Apesar de os efeitos dramáticos da pandemia e da falta de políticas públicas ter deixado, inicialmente, as comunidades acuadas, elas reagiram e construíram parcerias para enfrentá-los de cabeça erguida, a saber: 1ª) muitas famílias compartilharam os poucos gêneros alimentícios que tinham em seus armários para suportarem o suplício da fome; 2ª) famílias e lideranças locais viabilizaram parcerias para a distribuição de materiais de higiene e preventivos como álcool gel, sabão e máscaras; 3ª) construíram parcerias para a perfuração de poços, construção de tanques e instalação de torneiras a fim de cuidarem da higienização e da produção de alimentos; 4ª) campanhas de distribuição de

cestas básicas por organizações negras, religiosas, da sociedade civil e núcleos de pesquisa das universidades públicas; 5ª) campanhas educativas e preventivas para a higienização, o uso de máscaras, o distanciamento social e o cuidado com as pessoas mais velhas e as crianças.

Como podemos constatar a partir dos diversos textos escritos em forma de obituários na coletânea *Território e Pandemia* organizada por Almeida, Marin e Aleixo (2020), as mortes inesperadas de pessoas ocasionadas pelas infecções da Covid-19 constituem efeitos perversos em comunidades negras e quilombolas, visto que as condições socioeconômicas desfavoráveis são fatores que têm levado seus integrantes a se exporem com mais frequência aos riscos de contágio e das mortes provocadas pelo vírus. Nessas comunidades as pessoas mais velhas são as guardiãs e mestras das transmissões das culturas, saberes e memórias locais e com o isolamento e afastamento social impostos pela Covid-19 os encontros familiares e eventos comunitários festivos foram suspensos e/ou realizados de forma incompleta, o que tem sido causa de grandes frustrações nessas comunidades, pois muitos mestres adoeceram e outros foram a óbito sem que de fato as sucessões ocorressem e cerimônias de despedidas pudessem ser realizadas.

Por fim, estabelecemos aqui um breve diálogo em torno dos temas de memória e identidade que perpassam diversos capítulos dessa coletânea. A esse respeito, podemos retomar algumas análises que apresentaram a literatura escrita como um dos meios de construção da memória e da identidade (HALL, 2003; ANDERSON, 2008). Para os temas da identidade e da memória nas comunidades quilombolas, intimamente relacionados, cabe observar que a produção literária e intelectual sobre essas comunidades, sobretudo pelos seus próprios integrantes, pode ser entendida também como um novo meio de narrar o passado que se soma as narrativas orais dos antigos mestres da memória, visto que a cultura escrita vem sendo protagonizada por pesquisadores e escritores/as quilombolas para recontar as histórias de suas comunidades.

Entendemos que as reflexões aqui reunidas podem dar visibilidade a temática quilombola, instrumentalizando a mobilização pela efetivação de seus direitos constitucionais e que estimulem o desenvolvimento de novas

pesquisas sobre o tema. Nesses tempos de negação dos direitos ao território, à cultura e à vida das comunidades dos quilombos e de estímulos de práticas violentas contra seus corpos e tradições culturais pelos interesses e ideologias contrárias a elas, entendemos que narrar, escrever e analisar o que está acontecendo é um ato de resistência e fazer reexistir. Buscamos somar esforços aos processos de reexistência não apenas dos vivos, mas também daqueles/as que partiram vítimas dos atos de Estado de deixar morrer pelas causas da pandemia da Covid-19. Por outro lado, essas comunidades fazem os nomes e as ações heroicas de seus/suas antepassados/as reexistirem por meio da nomeação de lugares (ruas, estradas e fontes d'água), de monumentos construídos (prédios de escolas, prédios de Centros de Referências e Assistência Social, prédios de bibliotecas comunitárias, prédios de Centros de Ciência e Saberes Quilombolas e estátuas), de organizações sociais e políticas (associações e coordenações quilombolas) e dos nomes dos/as ancestrais sendo atribuídos aos seus e às suas descendentes. Portanto, fazer reexistir é uma ação de resistência aos atos de Estado e dos interesses nacionais e transnacionais de exterminar e deixar exterminar os corpos e as memórias da juventude e dos griôs de comunidades negras e quilombolas.

Referências bibliográficas

ABA (Associação Brasileira de Antropologia). Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais. In: *Boletim Informativo NUER*, Vol. 1, n. 1, 1997 [1994].

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de; MARIN, Rosa Acevedo; ALEIXO, Eriki. Pandemia e Território. UEMA Edições/PNCS, 2020. Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/pre-lancamento-do-livro-pandemia-e-territorio/>

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo, Cia das Letras, 2008.

BAIOCCHI, Mari de N. *Negros de Cedro: um estudo antropológico de um bairro rural de Goiás*. São Paulo: Ática, 1983.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARTH, Fredrik. *Los grupos étnicos y sus fronteras. La organización social de las diferencias culturales*. México : Fondo de cultura económica, 1976 [1969].

- GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. Pág. 227-344.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Ed. DP&A. Rio de Janeiro, 2003.
- MOURA, Clóvis. *Quilombos, resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1987.
- MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NASCIMENTO, Abdias. *Quilombismo: documentos da militância pan-africanista*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- O'DWYER, Eliane C. (Org). *Quilombos: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV / ABA, 2002.
- O'DWYER, Eliane C. (Org.) *Terra de Quilombos*. Rio de Janeiro: ABA, 1995.
- OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (Org). *Direitos quilombolas e dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: ABA, 2016.
- TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. EdUFF: Niterói (RJ), 2008 [1974].
- WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: _____. *Economia e Sociedade*. 3. ed., Brasília: Editora da UNB, 1972 [1920].